

Senhor Presidente
Senhoras e Senhores Deputados
Senhor Presidente
Senhora e Senhores Membros do Governo

Para contextualizar este debate sobre Agricultura nos Açores e sobretudo referenciando a sua oportunidade por estar em discussão neste momento uma proposta para a revisão intercalar da PAC é necessário tecer previamente algumas considerações.

Desde logo é necessário ter em conta o Alargamento da comunidade já previsto para 2004 a mais 10 países da Europa Central e Oriental. Este é um referencial que condiciona todos aqueles que pretendem ver corrigidas as fortes penalizações, altamente discriminatórias, que a actual Política Agrícola Comum lhes impõe. Condiciona-os não só na natureza das alterações como na importância decisiva de o fazer no quadro de uma Europa a 15 e nunca depois, numa Europa alargada a 25 Estados Membros.

Ninguém esperaria, se nos detivéssemos apenas no contexto da Política Agrícola Comum uma proposta da Comissão com alterações tão profundas como as que presentemente estão em discussão.

Não foram na nossa opinião, os desequilíbrios preocupantes por todos largamente reconhecidos, provocados por uma PAC há muito desadequada. Não foram as gritantes injustiças relativas dos seus apoios aos diversos E.M, aos seus produtores ou às suas culturas, que ditaram neste momento esta proposta, que volto a sublinhar, ninguém esperaria agora, ir tão longe. Se fosse apenas isso, estamos certos, que os Países que dela têm largamente beneficiado e que representam no seio da União um peso decisivo teriam como até aqui evitado que o debate se colocasse neste plano, determinando, no essencial, que tudo ficasse na mesma.

Assim teria sido se o Alargamento não colocasse questões incontornáveis como as do financiamento de uma PAC que agora absorve cerca de 48% do Orçamento comunitário e que a manter-se implicaria significativas alterações no actual envelope financeiro que ninguém parece disposto a pagar. Ou questões relacionadas com a ingeribilidade nos actuais moldes ,

resultante da absorção de mais 74% do volume actual de explorações, ou da duplicação da população agrícola na comunidade alargada.

São razões como estas que terão certamente provocado o desequilíbrio final numa PAC que se tornou insustentável manter de pé e que marcou de forma indelével o conjunto de propostas apresentadas pela Comissão, para uma revisão que inevitavelmente tinha que acontecer num futuro não muito distante, mas que, se tornou oportuna vir a realizar agora.

Reconhecendo-se este contexto, sabendo-se que no quadro da Organização Mundial do Comércio, o conceito da multifuncionalidade é a base de toda a estratégia de negociação Comunitária (única via de manter consistentemente níveis de subsidiação aos agricultores Europeus) e tendo como aceite por todos, os efeitos nefastos da actual PAC sobre a segurança alimentar, sobre o ambiente, sobre a desertificação do Mundo Rural, então todos podemos compreender globalmente os principais eixos da Proposta da Comissão:

Desligamento
Ecocondicionalidade
Modulação e tecto de subvenção
Renacionalização
Referências históricas
Reforço do 2º Pilar

Outro elemento que nos parece central e que na nossa opinião não deve deixar de ser tido em conta é o processo de Negociação. Decorre claramente deste que para quem pretende ver desde já alterado a manutenção do actual estado de coisas deverá mover-se com referência no quadro proposto pela Comissão introduzindo propostas que defendam os interesses específicos mas que no essencial não desvirtuem globalmente. Doutra forma todos sabemos que tudo ficará, no essencial, adiado.

Há neste quadro um duplo interesse dos Açores nas matérias agora em discussão. Primeiro no que de bom ou de mau advier para o conjunto do País através das medidas que são comuns a todas as suas parcelas do território. Depois, nas medidas específicas dos Açores.

Não pretendemos, nem isso seria possível no espaço desta intervenção escarpizar toda a complexidade de aspectos envolvidos nas matérias em discussão. Todavia expressaremos as nossas opiniões sobre alguns daqueles que têm mais claramente indicado os diferentes posicionamentos sobre o sentido das Reformas.

Na mesma linha, aqui também não abordaremos o modelo agrícola subjacente às posições tomadas pelo Governo Nacional face às propostas da Comissão e que em nosso entender acenta em opções referentes a determinada realidade Nacional que pretende servir, mas que entendemos claramente desadequadas para a diferenciada realidade açoriana.

Nesse sentido, se algumas das preocupações que decorrem da Proposta Nacional se enquadram nas nossas, como é o caso da discriminação negativa que o País tem sido alvo por parte da actual PAC, quer ao nível dos apoios aos agricultores ou às diferentes culturas, quer ao nível dos limites da produção, ou no caso da renacionalização e até mesmo das referências históricas, outros há, que consubstanciando a Proposta da Comissão nos parecem servir melhor os interesses dos Açores, introduzidas algumas ressalvas.

Assim entendemos ser o caso do desligamento dos apoios à produção, passando-o para a exploração, ressalvando-se claramente, o que de outra forma não se entenderia, a exigência da produção. Pelo peso e importância, da ruralidade nos Açores, pela necessidade de a manter ordenada, pela possibilidade de escolhas economicamente racionais e adequadas a cada caso específico e à realidade geográfica em que se insere, assim o entendemos.

Assim o entendemos também quanto à modulação e aos tectos de ajudas com a ressalva de que o POSEIMA se mantenha, como ajuda específica, fora do cálculo das ajudas e introduzindo na forma de cálculo factores sócio-económicos como por exemplo a população activa no sector, o peso do sector na economia, o seu grau de desenvolvimento, ou o seu grau de centralidade.

Consideramos este ponto importante como meio de combater o incentivo à produção de largos excedentes na Comunidade que afectam os

mercados onde nós também pretendemos estar, consomem recursos, subsidiam quem não necessita e têm custos ambientais por todos suportados. Acresce ainda que as verbas eventualmente obtidas com estas regras reforçam o 2º Pilar que no caso dos Açores por questões ambientais, de necessidade de ordenamento territorial e de expressão social da ruralidade, são importantes consolidar.

É nosso entendimento que acautelada com as adequadas e necessárias particularidades que devemos defender, a viabilização da Proposta da Comissão permitiria aos Açores um enquadramento geral na Política Agrícola Comum mais favorável facilitando e potenciando a sua adaptação posterior no quadro das ultra-periferias.

Permitiria também, o que na nossa opinião é da máxima importância, assegurar desde já e antes do Alargamento, consolidar uma posição bem mais favorável, que de outra forma pensamos de resultado e timing bem mais incertos, com todos os prejuízos que daí podem decorrer.

O Governo da República escolheu outro caminho. Tememos que tenha contribuído apenas para o bloqueio das reformas e para a manutenção de uma Política Agrícola Comum que pretende ver alterada pela forma como tem maltratado o nosso País.

Senhor Presidente
Senhoras e Senhores Deputados
Senhor Presidente
Senhora e Senhores Membros do Governo

No plano das medidas específicas os Açores devem materializar no quadro das mudanças que se prespectivam na Política Agrícola Comum a protecção das produções tradicionais num quadro de crescimento e desenvolvimento da Região onde para isso os limites devem ser os que decorrem da sustentabilidade ambiental e da natural adequabilidade do equilíbrio das fileiras face aos mercados.

Por último e para generalizar um pouco mais a nossa contribuição neste debate gostaríamos de aqui deixar algumas notas.

1ª Nota – Desde a adesão à CEE registou-se nos Açores uma melhoria estrutural significativa com claros efeitos nas condições de produção e de eficácia económica das explorações e no seu contributo para o desenvolvimento regional. São exemplos a comparação das estruturas fundiárias na última década onde se pode observar que se reduziram significativamente, o número, a área e o peso de todos os escalões de SAU inferiores a 20 hectares, verificando-se no lado oposto também uma diminuição do número, mas um aumento considerável da área e do peso das explorações com mais de 20 hectares.

É necessário continuar a melhorar a estrutura fundiária num quadro adequadamente harmonizado com o desenvolvimento social, económico e ambiental, havendo espaço nesta área para acentuar a sua melhoria. Refira-se a este propósito que cerca de 50% da área agrícola utilizável corresponde à forma de arrendamento.

2ª Nota – Os agricultores açorianos nos últimos anos desenvolveram um significativo esforço de adaptação estrutural, aumentando a sua eficácia produtiva conseguindo no caso da produção de leite também com aumentos significativos nas suas produções equilibrar a perda de valor acrescentado das suas explorações, decorrentes da redução dos preços reais do leite e do aumento dos consumos intermédios. Este quadro não poderá manter-se nas actuais condições de restrições à produção, podendo mesmo uma boa parte da registável evolução favorável nas melhores explorações mais seriamente abaladas. Pensamos que no âmbito da análise já efectuada nesta intervenção se possam encontrar respostas para parte deste problema.

3ª Nota – O sector de transformação de leite e lacticínios tem acompanhado e dado resposta ao desafio provocado pelos elevados aumentos da produção leiteira (cerca de 40% nos últimos 8 anos) a par dos desafios que a ele próprio se colocaram da modernização das suas estruturas.

Em nossa opinião é fundamental que tal rede transformadora modernizada e racionalizada se complete nas fileiras das ilhas que ainda não o fizeram sob pena dessas fileiras virem a ficar comprometidas.

Uma 4ª e última nota vai para o desafio que se coloca a toda a fileira do leite como principal actividade do sector agrícola. Antes de mais importa que se reforce o seu espírito de fileira. Depois é absolutamente necessário melhorar o nível de mais valias em toda a cadeia de valor dos diversos intervenientes.

Nas explorações esses aumentos passam pela melhoria da qualidade do leite (mais qualidade mais rendimento), pela formação dos lavradores como incremento aos seus desempenhos nas mais variadas vertentes da sua actividade.

No sector transformador esse desafio passa por novas etapas de desenvolvimento. Desde logo ao nível dos produtos, mas também ao nível dos processos – desde a recolha à comercialização, passando pela produção e pela gestão, - ao nível das parcerias empresariais, do reforço dos sistemas de qualidade e de formação, tendo como objectivo atingir outro estágio de desenvolvimento e de posicionamento mais elevado para os lacticínios dos Açores.

Algumas destas soluções estão ao alcance dos agentes do sector e dependem do seu nível de iniciativa. Fica também aqui um desafio para eles.

Outras haverá que requerem o envolvimento do Governo. Essas constituirão a sua parte neste desafio.

Disse!

Horta, Sala das Sessões, 17 de Outubro de 2002

O Deputado Regional do PS : Luís Alves